Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 7487/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/9001/2013
PROTOCOLO	: 1418028
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAARAPÓ/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: IREU NATAL DE BARROS
CARGO DO ORDENADOR	: SECRETÁRIO MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 73/2013
EMPRESA CONTRATADA	: PAVESI & CIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2013
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FARMACÊUTICOS AVIADOS PELO PLANTÃO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL.
VALOR INICIAL	: R$ 140.343,96
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATO ADMINISTRATIVO. FORMALIZAÇÃO E TEOR. EXECUÇÃO FINANCEIRA. ATOS LEGAIS E REGULARES.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação da formalização e do teor (2ª fase) e da execução financeira do Contrato Administrativo n. 73/2013 (3ª fase), celebrado entre o Município de Caarapó/MS, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, e a empresa Pavesi & Cia Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda - ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Ireu Natal de Barros, secretário municipal à época.

O objeto do contrato é a aquisição de medicamentos farmacêuticos aviados pelo plantão de atendimento emergencial, no valor global de R$ 140.343,96 (cento e quarenta mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e seis centavos).

Foi emitida a Decisão Singular DSG-G.ODJ n. 5444/2015, julgando a legalidade e regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 16/2013 (processo TC/MS n. 8973/2013).

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 22860/2016, entendendo pela legalidade e regularidade da formalização e da execução financeira do contrato.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – 2ª PRC n. 9250/2017, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

DA DECISÃO

O instrumento contratual foi pactuado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único da Lei n. 8.666/93, c/c a Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época.

A execução financeira do contrato em análise atendeu aos ditames da Lei n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

- Valor inicial da contratação: R$ 140.343,96;

- Valor Total Empenhado: R$ 140.343,96;

- Notas Fiscais: R$ 140.343,96;

- Comprovantes de Pagamento: R$ 140.343,96.

Por fim, a documentação obrigatória foi encaminhada tempestivamente para esta Corte de Contas, atendendo o prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** da formalização e do teor do Contrato Administrativo n. 73/2013 (2ª fase), celebrada entre o Município de Caarapó/MS, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, e a empresa Pavesi & Cia Comércio de Medicamentos e Perfumaria Ltda - ME, constando como ordenador de despesas o Sr. Ireu Natal de Barros, secretário municipal à época, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **legalidade e regularidade** da execução financeira do Contrato Administrativo n. 73/2013 (3ª fase), consoante dispõe o art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, III, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 24 de julho de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs